

ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do equipamento a ser adquirido, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Justificativas:

Da necessidade da contratação: A contratação do fornecimento dos itens objeto da presente licitação justifica-se em razão do interesse público em promover a inclusão social, gerar emprego e renda e, por sua vez, melhorar as condições de vida da população. Nas pequenas cidades do interior da região Nordeste, que possuem grande parte da sua população residente na zona rural, as unidades de panificação não conseguem atender essa população. Algumas iniciativas de implantação de padarias comunitárias, administradas por associações de produtores e associações comunitárias começam a surgir e despontar como nova alternativa de renda. O projeto tem méritos nos âmbitos social e econômico, bem como o aspecto de ser de interesse coletivo, beneficiando diretamente dezenas de famílias e indiretamente outras centenas, o empreendimento apresenta viabilidade em todos os aspectos.

Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO - SRP: A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico considerando que se tratam de bens comuns e visa ampliar a competição, permitindo a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro, conforme art. 1º da Lei Federal nº10,520, de 17 de julho de 2002. A técnica envolvida na execução do fornecimento do objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução, conforme constam das Especificações Técnicas que integram o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos. O essencial para a eficácia da licitação, é que o escopo de fornecimento seja bem definido e especificado de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O Termo de Referência e Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo do fornecimento que será contratado.

Da adoção SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS): Em conformidade com o que estabelecem os incisos I e III, do artigo 3º do Decreto nº 7892/2013, transcritos a seguir: I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; e III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; A aplicação do SRP neste procedimento foi determinada pela necessidade regular de aquisição dos bens especificados neste instrumento, dado as demandas recorrentes por diversas entidades e municípios pelos equipamentos.

Da não divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP): Em decorrência da especificidade do bem, e das dificuldades operacionais e logísticas, a CODEVASF usufruirá o direito facultado no Art. 4º, § 1º do 7.892/2013 e do Decreto nº8.250/2014, ponderando pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP).

Da Dotação orçamentária: Os fornecimentos serão executados no prazo de vigência da ata de registro de preços. Registre-se ainda, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art.7º, §2º do Decreto nº. 7.892, de 23/01/13, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato. Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, (Art. 32, alínea IV, Lei 13.303/2016), e será precedida de ampla pesquisa de mercado. § 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Da admissão de adesão dos órgãos não participantes:

Sim – A adesão a Ata de Registro de Preços promove a eficiência nas contratações públicas, pois, por serem mais céleres, facilitam o planejamento da gestão, promovem economicidade ao contratar pelo melhor preço e baixo custo, além de otimizar a gestão, sem se afastar dos princípios básicos da Administração Pública, insertos no artigo 37, da Constituição Federal, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e pode ser ainda uma alternativa de contratação, quanto a necessidade de execução orçamentária, observando no caso em concreto a urgência na aquisição dos referidos bens. As adesões são ferramentas para otimizar o serviço público, no que diz respeito a eficiência e celeridade nas aquisições públicas. A contratação de bens e serviços, no âmbito do Poder Público, depende de uma série de procedimentos custosos, lentos e burocráticos, já um procedimento de adesão a uma licitação torna bem mais simples e célere uma contratação necessária e urgente, pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf. Não obstante ser auto-evidente a vantagem de uma adesão, esta se coloca como uma exceção ao dever de licitar.

Justificativa da adoção do valor estimado público: Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento

Permite Participação de Consórcios:

Não - Por se tratar de fornecimento de materiais e equipamentos comuns, de baixa complexidade, a logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, não sendo consequentemente pertinente a formação de consórcios com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do licitante. As empresas isoladas podem perfeitamente conseguir preencher os requisitos necessários para tal. Acrescentamos ainda ser dispensada a permissão de participação de empresas na forma de sociedades cooperativas, conforme disposto no artigo 10, da IN nº 05/2017.

Critério de Julgamento: Menor preço por GRUPO, de acordo com o Art. 7º da Lei nº 10.024/2019.

Justificativa vantajosidade da divisão do objeto da licitação em grupos ou parcelas:

Justificativa para 01 (um) grupo: Em conformidade com as diretrizes e soluções adotadas nos Estudos Técnicos Preliminares, e ainda em razão da especificidade, Grupo 01: equipamentos para estruturação de unidade panificadora; e assim serão distribuídos pelos municípios da área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, sem riscos dos possíveis detentores, por item, não cumprirem com suas avenças, e visando ampliar o caráter competitivo da licitação considerando, que a divisibilidade dos itens da licitação, em 01 (um) grupo, é viável tecnicamente e economicamente sem perda de escala e, considerando, ainda, o cumprimento dos prazos estabelecidos para certame licitatório.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual: Os bens a serem adquiridos serão fornecidos no prazo inferior a um ano, conforme consta nos Termos de Referência, e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 7º, §2º do Decreto nº. 7.892, de 23/01/13, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato.

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, (Art. 32 Alinea IV, lei 13.303/2016), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Garantia de Execução: É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

Garantia do Objeto: A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

Cota Reservada a ME/EPP: A não previsão da cota de 25% está respaldada pelas ressalvas trazidas no corpo do Decreto Nº 8.538/2015, e que a experiência tem demonstrado que, com a não previsão, a vantajosidade fica preservada, justificamos a não previsibilidade da reserva de 25% para ME/EPPs nesta licitação.

Consórcio: A não admissão da participação de empresas, sob a forma de consórcio, é justificada por se tratar de licitação de objeto único que não envolve especialidades de ramos distintos.

Da não admissão de subcontratação: Objeto a ser licitado caracteriza-se como um serviço comum, de pequeno vulto, facilmente executável por empresas que atuem na área, não havendo necessidade de subcontratação.

Da não admissão da participação de empresas, sob a forma de consórcio: Neste certame o objeto é único, singelo, sem obrigações de diferentes especialidades ou passível de divisão. Portanto, a participação sob o regime de consorcio não é justificada. Acrescento ainda ser dispensada a permissão de participação de empresas na forma de sociedades cooperativas, conforme estabelece IN 05/2017, tendo em vista a natureza do serviço a ser contratado.

Orçamento Público/Aberto: O TCU, mesmo diante do regime jurídico presente na Lei nº 13.303/2016 – que institui o sigilo do orçamento como regra geral, orienta às estatais nos atos convocatórios à divulgarem o orçamento quando do julgamento das propostas servir de critério, como neste caso que se trata de preço máximo.

Acórdão 1502/2018 Plenário (Representação, Relator Ministro Aroldo Cedraz):

“Licitação. Empresa estatal. Edital de licitação. Orçamento estimativo. Divulgação. Princípio da publicidade.

Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

O TCU orienta: “sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória”), ou seja, neste processo. Não adotamos um orçamento com um critério “estimativo”, que até compreenderia subsídio para avaliar a “aceitabilidade das propostas”, mas neste caso foi objeto de diagnóstico e projeto.”

Responsável pelas informações:

Roberta Almeida
Analista em Desenvolvimento Regional
3ºGRR/UDT

De acordo:

Elijalma Augusto Beserra
Analista em Desenvolvimento Regional
Chefe da 3ºGRR/UDT